

**ECONOMIA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA. CONSIDERAÇÕES INICIAIS
SOBRE A EXPERIÊNCIA DA UFSC**

Éder Caroni – UFSC

Email: edercaroni@gmail.com

Jônatan Zulow – UFSC

Email: jonatanzulow@gmail.com

Marialice de Moraes – UFSC

Email: mmarialice@gmail.com

1. Introdução

Apesar dos avanços das últimas décadas nas áreas de telecomunicações e de transmissão digital de informações, o Brasil ainda não tem estas soluções distribuídas na totalidade do seu território e para toda a população. Tal cenário pode ser lido como favorável a um processo de aumento da exclusão digital (*digital gap*). Para os órgãos do Governo Federal responsáveis pela oferta de serviços básicos à população – saúde e educação - ultrapassar este fosso, estabelecendo sólidas pontes se coloca como um desafio primordial. De acordo com Takahashi (2000), a “alfabetização digital” destaca-se como uma prioridade entre as políticas de inclusão social, tendo em vista que alcançar um cenário de inclusão é fundamental “para que o salto tecnológico tenha paralelo quantitativo e qualitativo nas dimensões humana, ética e econômica”.

No entanto, mesmo em tal cenário, cresceu de forma exponencial o número de cursos a distância – 56 cursos novos em 2004 e 321 em 2005 – e o investimento na oferta de curso baseados em *e-learning* deve crescer 77% em 2006, ampliando consideravelmente o número de alunos atendidos nesta modalidade (ABRAEAD, 2006).

Em fevereiro de 2009 o curso de Economia na modalidade a distância oferecidos pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como parte do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), completou o seu primeiro ano, tendo iniciado a oferta das disciplinas da terceira fase. Uma vez que segue a mesma grade curricular do curso presencial oferecido pelo Departamento de Ciências Econômicas da UFSC, este curso apresenta-se com um desafio

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

para os profissionais diretamente envolvidos na sua oferta e para a comunidade acadêmica da área.

Apesar de o Brasil ter uma longa trajetória na oferta de cursos a distância, as primeiras experiências com cursos de graduação são relativamente recentes, iniciando em 1995 na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), instituição de referência na área no Brasil (MORAES, 2004). Nas Ciências Econômicas a UFSC destaca-se com pioneira na oferta de um curso totalmente desenvolvido para esta modalidade.

O presente artigo pretende, então, apresentar a experiência da UFSC com a oferta do curso de graduação em Economia a distância, contextualizando-o em um cenário mundial de evolução tecnológica e valorização do capital intelectual, destacando a importância de se iniciar uma discussão sobre as políticas públicas atualmente sendo implantadas para a Educação no Brasil.

2. Referencial analítico

2.1 A educação e o Estado

É fato a importância do estado nacional brasileiro, principalmente nos períodos pós anos 30 em que este assume o seu papel, de instituição responsável em promover o bem estar social e econômico do país. Sair de um país tipicamente agro-exportador para uma nação industrial em busca do desenvolvimento, foi um dos objetivos do Estado brasileiro no século XX, e evidenciado nos inúmeros planos de desenvolvimento elaborados até os dias atuais.

Esse redirecionamento, que está agora em busca do desenvolvimento econômico – social, pode ser observado a partir da nova estrutura que assume o Estado na metade do século XX, de uma administração que atendia somente os interesses agrários para um Estado plural, atendendo, ou buscando atender, os interesses das mais diversas classes do país, desde a industrial até a classe dos trabalhadores. (FAUSTO, 1976)

Desta forma, a partir de então a educação assume grande importância no contexto social e principalmente no contexto econômico do Brasil. Salientando que o Estado não é mais um mero espectador dos acontecimentos e sim um ator muito ativo, estreitam-se as relações entre o mesmo e a educação, ou ao menos se devia estreitar. Se é através de políticas econômicas

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

que o Estado busca proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento socioeconômico, o investimento em educação deve ser encarado como um meio de alcançar o bem estar social. Afinal, como destacam Barros, Henriques e Mendonça (2002, p.1) é “evidente que o impacto da expansão educacional ultrapassa as dimensões referentes à igualdade e ao crescimento econômico. Antes de mais nada trata-se de um imperativo universal para a garantia da cidadania”.

O tema *Educação para o Desenvolvimento*, apesar de polêmico, é muito debatido entre os teóricos do assunto, e observado como uma variável capaz de proporcionar crescimento da renda, modernização e construção de uma sociedade mais justa (CUNHA, 1980). Ainda de acordo com o autor, a importância do capital humano passa a obter lugar de destaque nas análises econômicas logo após a 2ª guerra mundial, quando se observou os resultados das reconstruções de países como Alemanha, Itália e principalmente o Japão.

Contudo, quando o Estado, não considerando aqui somente o Estado brasileiro, assume esse papel de promover e incentivar o desenvolvimento e o bem estar socioeconômico, utilizando como uma das vias para tal finalidade o investimento em capital humano, isso não acontecerá sem uma forte articulação entre esse mesmo Estado e as Universidades. Sobre esse aspecto diz RODRIGUES (1987, p.133)

A Universidade não pode cumprir eficientemente sua missão sem uma profunda articulação com o Estado e com a sociedade em que está contida [...]. Nessa relação ela receberá do Estado o equilíbrio e a direção; da comunidade, a revelação dos interesses maiores a que deve responder [...].

A Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, aborda justamente essa questão entre a importância da educação como mola propulsora para o desenvolvimento das nações, juntamente com o papel que tem as autoridades nacionais como incentivadores desse processo. No relatório enviado para a UNESCO: **Educação um Tesouro a Descobrir** (1995, p.236), trataram da seguinte forma esse ponto:

A Educação é o cimento da construção do desenvolvimento humano sustentável. É preciso elaborar estratégias e programas de educação relacionados com o ambiente que abranjam tanto o ensino escolar como a educação informal, que adotem a perspectiva da educação permanente a

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

serem desenvolvidas pelos poderes públicos, o setor produtivo, o comércio e as comunidades locais.

No que corresponde ao ensino superior, o relatório abordou também a questão da relação entre a Universidade e o mercado de trabalho (tanto indústria como agricultura). Hodiernamente esse tema ainda é muito debatido, visto a sua problemática e polêmica, no entanto, de acordo com o relatório, tal aproximação é muito benéfica no processo de aprendizagem entre as partes, e conseqüentemente para a sociedade como um todo, sobretudo quando tal aproximação tem o incentivo do Estado.

É de suma importância expor aqui a relevância do tema “educação” como meio para se alcançar o desenvolvimento, ainda mais quando falamos de cenários como o da América Latina. Desta forma, é quase impossível desconsiderar o peso que tem o Estado nesse processo, já assumindo aqui a responsabilidade que este mesmo Estado tem, falando de Brasil, como instituição responsável em garantir um ambiente de progresso socioeconômico. O principal ponto a ser compreendido é acreditar que o investimento em educação é uma forma de se alcançar melhores condições de vida para a sociedade (e necessária, de acordo com estudos realizados pelo Banco Mundial e CEPAL, como veremos a seguir), e o Estado completa o elo da cadeia como investidor de primeira instância e instituição “chave” nesse processo.

2.2. Banco Mundial, CEPAL e a educação como alicerce do crescimento econômico: as necessidades da atual conjuntura

A educação é discutida contemporaneamente no sentido voltado para a necessidade de qualificação, tendo-se em vista as mudanças sociais e econômicas ocorridas, dentre as quais destaca-se a globalização¹, que exigiu e exige cada vez mais aprimoramentos técnicos, como

¹ A importância do conhecimento para aprimorar bases técnicas com o surgimento e ampliação da globalização é destacada por LASTRES et al. (2005, p.24): “[...] ao mesmo tempo em que se ampliou o processo de globalização, novas formas de polarização e exclusão foram criadas. Elas estão associadas, por um lado, à capacidade desigual de desenvolver, produzir e usar novas tecnologias, bens e serviços; por outro lado, às

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

condição inerente a inserção dos países na esfera competitiva internacional. Esta questão é tratada em diversos trabalhos econômicos, onde se destaca muitas vezes o aumento da produtividade associado a qualificação dos recursos humanos como fonte de crescimento, envolvendo assim teorias sobre a importância do capital humano. Dentre as mais famosas contribuições nesse contexto, destaca-se a publicação intitulada “*A Contribution to the Empirics of Economic Growth*”, escrita em 1992 por Mankin, Romer e Weil. Estes inserem o capital humano no modelo de crescimento de Solow², observando que “o ‘ajustamento’ do modelo poderia ser melhorado ao incluir o capital humano – isto é, ao reconhecer que a mão-de-obra de diferentes economias tem diferentes níveis de instrução e qualificação” (JONES, 2000, p.44). Observa-se assim, a inserção da educação nas agendas voltadas para discussões envolvendo crescimento econômico “diferenciado”. Não cabe aqui, tratar das diversas abordagens (ou teorias) de crescimento econômico, mas sim demonstrar a importância da educação neste sentido, como um forte pilar do crescimento econômico.

Visto isto, observa-se como um forte debate a questão da educação associada a necessidade de qualificação para “nivelamento” entre os países. Destarte, torna-se fundamental tomar a educação como um processo e destacar dois importantes estudos. O primeiro consiste no apontamento de importantes aspectos da educação brasileira levantados pelo Banco Mundial (BM) e observados por Oliveira (2006), enquanto a segunda confere um estudo mais amplo realizado pela CEPAL, envolvendo não só o Brasil, mas toda a América Latina e o Caribe.

O BM, criado em 1946, para auxiliar na reconstrução dos países atingidos na Segunda Guerra Mundial, passou a centrar seus empréstimos nas décadas de 80 e 90 em aspectos que convergem para as necessidades básicas, como alimentação, saúde e educação. Destarte, cabe no presente trabalho, enfatizar a educação, na qual foram colocadas três grandes metas: acesso a educação formal, eficiência dos sistemas educacionais e racionalização dos recursos financeiros na operacionalização dessas metas (OLIVEIRA, 2006). Observa-se nesse sentido, a educação como um pilar fundamental para o sustentamento do crescimento em um país. Tratando-se especificamente do Brasil, é possível observar no Quadro 1, problemas (ou

oportunidades, também desiguais, para adquirir e renovar as bases do conhecimento e as habilidades necessárias para utilizá-las”.

² Para maiores detalhes sobre a teoria de Solow e outras envolvendo crescimento, ver “Introdução a Teoria do Crescimento Econômico” de Charles I. Jones (2000).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

desafios) e recomendações apontados pelo BM (2000) e organizadas por Oliveira (2006), para promover melhorias na educação nacional.

Problemas do ensino	Recomendações
<ul style="list-style-type: none">• Ensino de 5ª a 8ª série:<ul style="list-style-type: none">○ Material didático;○ Instalações inadequadas;○ Pouca experiência dos professores; e○ Cansaço dos alunos do turno noturno.• Ensino médio:<ul style="list-style-type: none">○ Falta de laboratórios; e○ Falta de professores com conhecimentos específicos sobre a matéria.	<ul style="list-style-type: none">• Ensino médio de 5ª a 8ª série:<ul style="list-style-type: none">○ Estimulo a frequência das aulas, em especial, as noturnas;○ Implantação de Diretrizes Curriculares Nacionais;○ Parceria público-privada, para que escolas privadas cedam suas instalações para qualificação dos professores;○ Gestão direta dos recursos financeiros, dando condições as escolas definirem suas prioridades e compra de material em consonância com a idade dos alunos;○ Treinamento dos professores e gestores;○ Aumento da jornada escolar das regiões de difícil acesso, por meio do ensino à distância; e○ Definição de padrões estruturais mínimos nas escolas.• Ensino médio:<ul style="list-style-type: none">○ Redução do índice de repetência e desistência;○ Expansão do acesso para estudantes da área rural;○ Melhoria da qualidade do ensino; e○ Financiamento dessa expansão

Fonte: elaboração própria com base em Oliveira (2006).

Quadro 1: Problemas do ensino brasileiro e as respectivas recomendações para o seu melhoramento.

São destacados ainda, melhorias no ensino superior, cabendo enfatizar a necessidade de uma reforma do mesmo, com ênfase na mudança da formação em torno das necessidades observadas no mercado. O BM evidencia os enormes ganhos com a reforma, pois “ajudaria [a] encontrar uma grande demanda por capital humano avançado, acelerando o avanço tecnológico, a competitividade e o crescimento da economia no Brasil (WORLDBANK, 2003, p.150 apud OLIVEIRA, 2006, p.4).

Já a CEPAL traz à tona a necessidade de uma melhor educação sob a perspectiva da reestruturação produtiva com igualdade. Neste sentido, a educação e o conhecimento são colocados como fundamentais para realização de avanços técnicos nos países da América Latina e Caribe, de modo a garantir a essencial transformação produtiva com equidade.

La difusión de valores, la dimensión ética y los comportamientos propios de la moderna ciudadanía, así como la generación de capacidades y destrezas indispensables para la competitividad internacional (creciente basada en el progreso técnico) reciben un aporte decisivo de la educación y de la producción del conocimiento en una sociedad (CEPAL-UNESCO, 1992, p.1).

A CEPAL-UNESCO (1992) evidenciam a necessidade de uma estratégia capaz de melhorar a formação de recursos humanos e mecanismos que ajudem no acesso e na geração de novos conhecimentos. Somente assim, os países ditos atrasados, alcançariam maiores patamares de progresso técnico, possibilitando a modernização dos mesmos, além de proporcionar melhores condições de inserção na economia internacional. Com isso, observa-se a essencialidade das condições de educação, que só podem ser melhoradas, mediante reformas dos sistemas de educação e capacitação para o emprego.

A agenda cepalina aponta, assim como o BM, alguns dos fatores que contribuem para a baixa qualidade do ensino nos países latino-americanos e caribenhos. Dentre os citados pela CEPAL, OLIVEIRA (2006, p.6) destaca o “elevado índice de evasão na escola primária e discrepância entre a zona rural e urbana no tocante ao acesso e ao desempenho escolar, bem como insuficiência de vagas no ensino superior”.

As perspectivas postas servem para demonstrar a importância da qualificação da educação básica como uma política essencial para o crescimento econômico. Nesta perspectiva, observam-se alguns pontos interessantes sob a análise das abordagens do BM e da CEPAL, cabendo destacar a baixa qualificação dos professores, a falta de estrutura, a grande diferença entre a educação das zonas urbana e rural, além da insuficiência de vagas para o ensino superior. Postas as dificuldades dos países periféricos, observa-se como objeto de pesquisa, a demonstração de projetos que contribuem para resolução dos problemas postos, dando-se ênfase no presente trabalho ao projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB).

3. A Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Descreve-se como recente política educacional, no sentido levantado na seção anterior, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Este constitui um programa do Ministério da Educação e Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (Andifes), tendo-se por objetivo básico, em parceria com Universidades Públicas, ofertar cursos de nível superior, através de consórcios com municípios e estados (MOTA, 2006). Em síntese o

Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) tem como prioridade a formação de professores para a Educação Básica. Para atingir este objetivo central a UAB realiza ampla articulação entre instituições públicas de ensino superior, estados e municípios brasileiros, para promover, através

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

da metodologia da educação a distância, acesso ao ensino superior para camadas da população que estão excluídas do processo educacional (UAB, 2009).

O Sistema UAB foi criado em 2005 e oficialmente constituído em 8 de junho de 2006, por meio do decreto nº 5.800. Este programa confere uma política pública que tem por objetivo essencial, como dito anteriormente, a expansão e interiorização da oferta de cursos à distância, que primem pela capacitação inicial e continuada de professores para a educação básica, destacando-se cursos de licenciatura. Dada a necessidade de gerir recursos e coordenar instituições de ensino básico, percebeu-se a necessidade de outros profissionais capazes cumprir o proposto papel, tendo-se como exemplo mais comum, os cursos de administração, dando margem para uma maior profissionalização da educação básica em regiões desfavorecidas. Esta medida constitui uma tentativa do Governo de atingir as meta do Plano Nacional de Educação (PNE), de maneira eficiente e racional, no que diz respeito ao gasto público despedindo para o cumprimento de tais metas (MOTA, 2006).

De acordo com a UAB (2009), o sistema não prevê a criação de nenhuma instituição, mas sim realizar a articulação entre as existentes para atingir o proposto objetivo. Dessa forma, os municípios que desejarem ofertar cursos, devem proporcionar algumas condições estruturais, bem definidas pela UAB (2009):

Para ofertar cursos à distância, cada município deve montar um pólo presencial, com laboratórios de informática, biologia, química e física, além de biblioteca. Essa infra-estrutura, que inclui ainda o apoio de tutores, fica a disposição dos alunos. Já a elaboração dos cursos é de responsabilidade das instituições públicas de ensino superior de todo país, que desenvolvem material didático e pedagógico.

Posto isto, cabe ainda relatar que o processo de seleção é realizado mediante vestibular, assim como no sistema de admissão presencial. Os diplomas dos alunos inseridos no Sistema UAB também são equivalentes aos do ensino presencial.

No ano de 2007, a UAB (2009) destaca a existência de 291 pólos educacionais, dando condições de ofertar 46 mil vagas por todo o Brasil. Por se tratar de um Sistema em expansão, tem-se como expectativa, alcançar até 2010, 750 pólos presenciais, o que representaria a oferta de 300 mil vagas para educação superior.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (2009), o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), tem como objetivo central, oferecer à educação básica,

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

professores (ou profissionais) com formação qualificada para o aprimoramento do aprendizado nos níveis iniciais da educação, ou seja, o programa irá ampliar o número de vagas do ensino superior focando principalmente nos cursos de licenciatura.

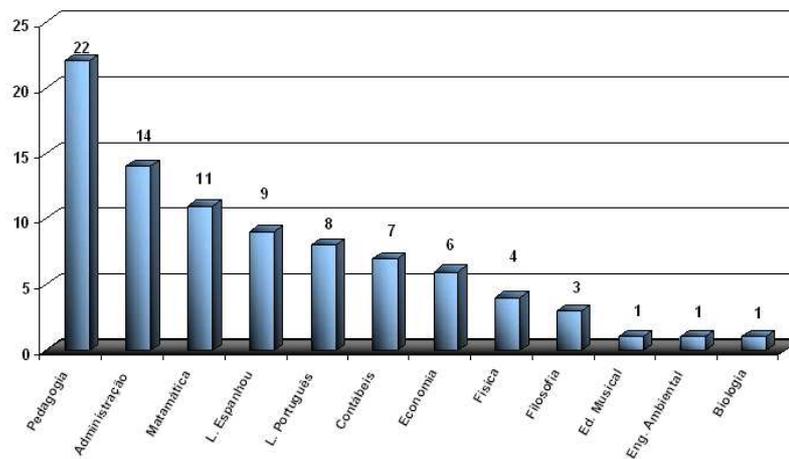
O programa surge como uma parte de um todo, que tem por objetivo central aprimorar e aperfeiçoar o sistema educacional do país. A lógica está em não diferenciar os níveis de ensino básico e superior, focando, o Estado, a definição de políticas e a distribuição de recursos para as duas esferas, e tratando tais pontos como indissociáveis. É impossível solucionar os problemas da educação básica sem ao mesmo tempo tratar da questão no nível superior, ou vice-versa.

Desta forma, nos deparamos aqui com a dialética desse processo de aperfeiçoamento da educação que o PDE está disposto a atuar, visto que não há educação básica com melhores condições, sem que haja um parque muito mais amplo de Instituições de Ensino Superior (IES). Sendo assim investimentos isolados em educação básica não resolverão o problema da própria educação básica, e investimentos da mesma natureza na educação superior da mesma forma não resolverão o problema e muito pelo contrário, podem elitizá-lo ainda mais.

Contudo, assim como as Licenciaturas, que compõem o principal foco do projeto de acordo com o PDE (2009), os cursos de bacharelado têm fundamental importância no contexto de médio longo prazo. Se as licenciaturas surgem com o pressuposto de atender uma demanda da educação básica e aprimorar os profissionais já atuantes na área, os cursos de bacharelado irão formar profissionais para no futuro criarem políticas e administrarem os recursos que poderão ser disponibilizados para a educação básica. Desta forma a ênfase está em ofertar cursos a distância nas áreas de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Administração, acreditando que profissionais com essas características colaborarão nessa longa trajetória de reciclagem da educação nacional.

Sendo assim, somente para nível de ilustração, os dados sobre a atuação do projeto UAB na região Sul do Brasil, confirmam as diretrizes explicitadas anteriormente. Desconsiderando os cursos de especialização e focando somente nas graduações, o curso de Pedagogia aponta como o mais ofertado (3 instituições e 22 pólos).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)



Fonte: ATUAB (2009).

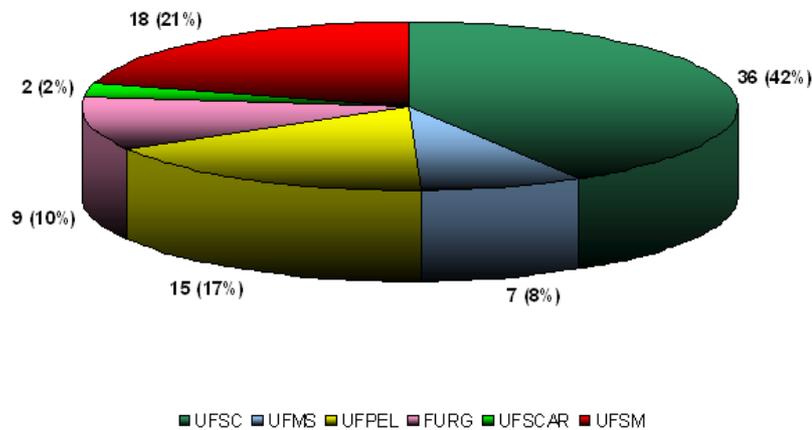
Gráfico 1: Cursos de graduação oferecidos na Região Sul.

Por se tratar da ampliação, ou expansão, do número de vagas nas universidades públicas em todo o território brasileiro, cinco instituições federais estão presentes e oferecendo os cursos a distância na região sul (ilustrados no gráfico 1):

- UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
- UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
- UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
- UFPEL – Universidade Federal de Pelotas
- FURG – Fundação Universidade Federal de Rio Grande
- UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

Destacam-se nesta relação a Federal de São Carlos e a Federal do Mato Grosso do Sul, instituições que não têm o Sul de origem, mas são atuantes na região, ofertando as duas um total de nove graduações (modalidade a distância), como ilustra o Gráfico 2.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)



Fonte: ATUAB (2009).

Gráfico 2: Distribuição dos Cursos por Instituição na Região Sul.

A Federal de Santa Catarina é a instituição que mais oferece cursos na região em questão, salientando que a Universidade está também presente em outras regiões, em que podemos dar ênfase na região norte onde oferta a graduação em Ciências Econômicas (como veremos no decorrer da presente pesquisa). É importante destacar que o primeiro edital chamando as IFES para oferecerem cursos no âmbito do programa UAB (Edital 1 2005, foco deste artigo) permitia a atuação das mesmas em quaisquer estados da Federação, sem respeitar limites regionais, o que mudou com o segundo edital (Edital 2 2006).

4. Educação a distância (EaD).

O desenvolvimento histórico da EaD, segundo Vieira e Moraes (2007), inicia-se no começo do século XVIII, por meio de experiências educacionais via correspondência. Todavia, somente no século XX a EaD assume figuras institucionais, sendo ofertadas por universidades norte-americanas. Na metade do mesmo século, começam a surgir instituições voltadas exclusivamente para esta modalidade de ensino aprendizagem. VIEIRA e MORAES (2007, p.15) destacam um período específico, com grande contribuição para o avanço da EaD:

A segunda Guerra Mundial foi um 'divisor de águas' na história da EaD, pois ao mesmo tempo em que reduziu a velocidade de introdução da televisão, os esforços de treinamento das forças armadas norte-americanas demonstraram o potencial das mídias audiovisuais para o ensino.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

Por fim, destacam-se no contexto mundial, os anos 60, onde ocorreu um grande salto de qualidade na EaD por meio da institucionalização da modalidade, ofertando-se cursos de educação secundária e superior na Europa (França e Inglaterra) inicialmente e expandindo-se para outros continentes (VIEIRA; MORAES, 2007).

Em um contexto nacional, a experiência pioneira da EaD ocorreu por meio da criação da Fundação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro em 1923, que utilizava-se da rádio para transmissão de conteúdos. A utilização de mídia impressa na oferta de cursos veio apenas em 1941, com o Instituto Universal Brasileiro (IUB). Este, constituído como uma empresa privada, realiza atividades envolvendo a EaD até o presente momento, ofertando cursos profissionalizantes e de ensino supletivo.

A EaD surge no Brasil legalmente através da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) de 1971, destinando esta modalidade de ensino e aprendizagem, apenas para os cursos supletivos. Em 1996, por meio de um marco legal específico do Artigo 80 da LDB, Lei nº 9.394, a EaD concretiza-se legitimamente, dando condições para criação de diversos projetos, dentre os quais está inserido a UAB (VIEIRA; MORAES, 2007).

No ano de 2005, concretiza-se a legislação brasileira no âmbito da oferta de cursos de nível superior. Garantiu-se, por meio do Decreto nº 5.622, de 20 de dezembro de 2005, o “credenciamento institucional, supervisão, acompanhamento e avaliação para a modalidade de EaD com padrões de qualidade” (MOTA; CHAVES, 2006, p. 17 apud VIEIRA; MORAES, 2007, p. 33). Neste Decreto, o Ministério da Educação (MEC) assume o seguinte conceito para modalidade de educação à distância³:

Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógico nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos (MEC, 2009).

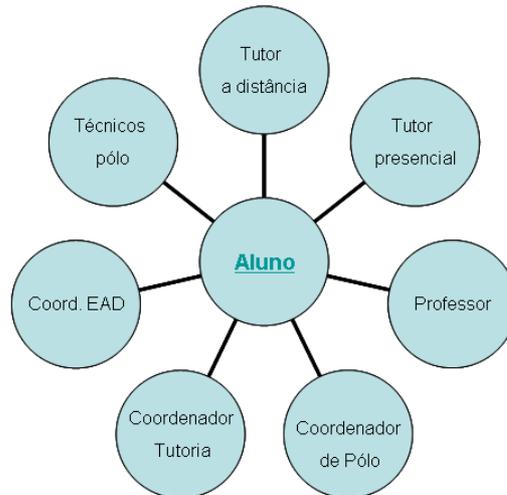
³ Vale ressaltar a obrigatoriedade de momentos presenciais para avaliação dos estudantes; “Além das avaliações, também é obrigatória a oferta de momentos presenciais para realização de estágios e a defesa de trabalhos de conclusão (obrigatórios e previstos na legislação); atividades em laboratório, quando necessárias” (BRASIL/MEC, 2005 apud MORAES et al., 2007, p.49).

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

Esta definição congrega uma abordagem mais atual, existindo diversos conceitos⁴ que surgem em consonância com a evolução da modalidade. Evolução esta, que pode ser associada ao surgimento de um novo Paradigma Tecno-econômico, cujo objetivo é explorar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) baseadas na microeletrônica, originárias nos anos 80 (TAKAHASHI, 2000; LASTRES, 2005). Essas tecnologias possuem alta capacidade inovativa, dado o regime tecnológico em que se encontram, permitindo o seu rápido avanço ao longo do tempo. Dessa forma, surgem intensivamente novas tecnologias capazes de facilitar a transmissão e armazenagem de informações e conhecimentos, dando maiores condições de expansão da oferta de cursos em regiões de difícil acesso. Na modalidade EaD, destaca-se a utilização de ambientes virtuais, que consiste em um software, de acesso restrito aos participantes do processo, onde estão inseridas diversas ferramentas que possibilitam a interação com o aluno, como chats e fóruns, além de disponibilizar arquivos de conteúdo programados pelo professor e locais para envio de atividades.

Todavia, conforme a definição do MEC (2009), a EaD exige além da utilização das TICs, uma equipe multidisciplinar. Esta é composta por agentes responsáveis pela coordenação e andamento satisfatório do curso, tanto no quesito de aprendizagem, com a capacitação dos professores e tutores e a produção do material impresso e digital, quanto no aspecto técnico, dada a essencialidade do bom funcionamento das tecnologias utilizadas para o contato realizado entre universidade-pólo. Neste contexto, são observados diversos agentes responsáveis pela boa logística e andamento do curso ofertado. Destarte, MORAES et al. (2007) destaca a função dos agentes envolvidos no processo de tutoria – tutores a distância e presenciais - como fundamental, pois toma como o principal objetivo para o sucesso dessa modalidade de ensino-aprendizagem, a redução da sensação de distância entre o aluno e a instituição em que ele está matriculado. Colocadas as responsabilidades da equipe multidisciplinar, observamos na Figura 3 os principais atores que interagem com o aluno no seu processo de aprendizagem, enfatizando a sua centralidade no processo.

⁴ Para ver outros conceitos referentes à modalidade de Educação à Distância consultar Moraes (2004); Formiga (2009).



Fonte: MORAES; VIEIRA (2007).

Figura 3: Agentes que interagem com o aluno.

Posto isto, observa-se que esta modalidade de ensino possui muito campo à percorrer, pois com a rápida evolução das TICs, obtém-se cada vez mais ferramentas que possibilitam a maior aproximação entre o aluno e os outros agentes envolvidos no processo, diminuindo a sensação de distância colocada por Moraes et al. (2007) como uma das principais barreiras a um ensino de qualidade.

5. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFSC.

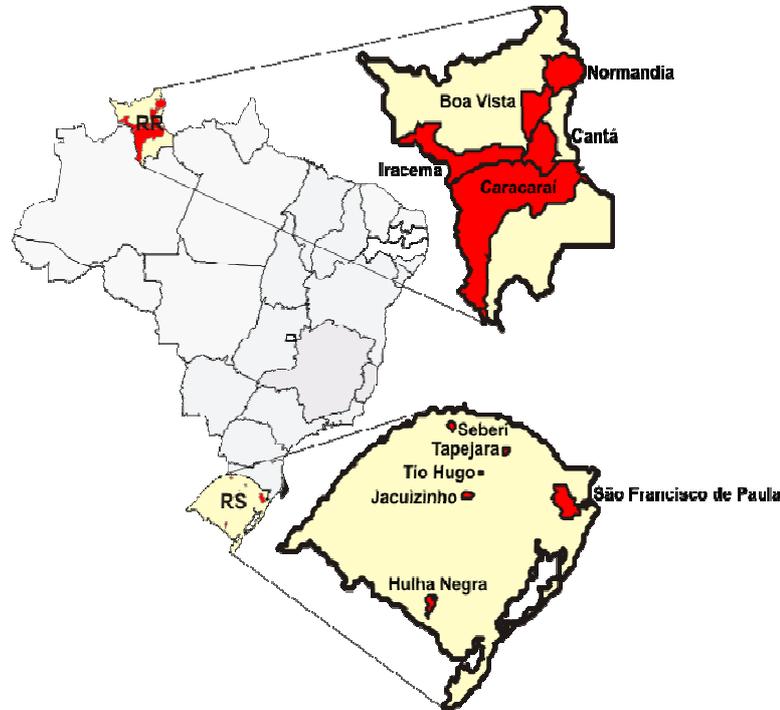
Observados as principais características do Sistema UAB e da modalidade de EaD, far-se-á na presente seção, uma exposição do curso de Ciências Econômicas a distância da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A UFSC é a única instituição em todo território nacional que oferta cursos de bacharelado, os quais tiveram início efetivo, no primeiro semestre de 2008⁵.

O curso é ofertado em 11 municípios, distribuídos entre Roraima e Rio Grande do Sul, tendo-se 5 pólos de apoio presencial no primeiro e 6 no segundo, conforme ilustrado no mapa apresentado na Figura 4. O conteúdo é dividido em blocos, que geralmente se alternam entre

⁵ Desconsidera-se, aqui, a oferta do curso de Administração no chamado “projeto-piloto”, que reúne 25 instituições distribuídas por todo o Brasil, tendo iniciado em 2007, ofertando 10 mil vagas.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

duas e três disciplinas por vez, em um período aproximado de dois meses, totalizando quatro à seis disciplinas por semestre, conforme o currículo.



Fonte: UFSC (2009).

Quadro 2: Mapa com as localizações dos pólos.

É interessante destacar que o projeto UAB, surge com o objetivo de levar o ensino superior público e de qualidade as populações (ou municípios) desatendidas desse nível de educação, ou seja, tem o objetivo de interiorizar a Universidade pública. Com esta ação de ampliação e interiorização de vagas, oferece-se aos moradores desses municípios a chance de cursar uma graduação, o que dificilmente teriam condições de realizar em uma universidade tradicional, tendo em vista a distância que essas pessoas estão dos grandes centros, local onde a maioria das Universidades no Brasil estão localizadas.

Tal característica também diferencia o perfil destes alunos daquele dos alunos ingressantes em cursos presenciais, onde há uma equidade na origem, formação anterior e, principalmente, faixa etária. Estas diferenças, dentre elas destacada a heterogeneidade em termos de idade e tempo desde a conclusão do Ensino Médio, podem ser observadas pela análise do perfil dos mesmos.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

O curso de Ciências Econômicas iniciou, nos respectivos pólos, com 314 (trezentos e quatorze) alunos, e de acordo com MORAES e VIERA (2007), mais da metade desses alunos tem entre vinte e trinta anos de idade, conforme a tabela 1.

Perfil do Aluno: Idade		
Até 20 anos	De 20 a 30 anos	Mais de 30 anos
13,40%	55,90%	30,70%

Fonte: MORAES; VIEIRA (2007).

Tabela 1: Idade dos Alunos.

Obviamente, devido ao perfil de idade dos alunos, não surpreendem os dados referentes a sua inserção no mercado de trabalho, visto que a maioria absoluta já está inserida no mercado por um período superior a dois anos, como ilustra a Tabela 2.

Perfil do Aluno: Tempo de Trabalho	
Até 2 anos	Mais de 2 anos
36,40%	63,60%

Fonte: MORAES; VIEIRA (2007).

Tabela 2: Tempo de Trabalho.

No que corresponde ao tempo que esses alunos já terminaram o ensino médio, a maioria ficou entre seis e quinze anos. Mas é importante destacar que, os dados apresentados na Tabela 3, não significam, obrigatoriamente, o tempo que esse aluno está fora das atividades de estudo, podendo o mesmo ter feito algum curso de capacitação ou profissionalizante, mesmo uma graduação (situação muito rara na caso dos alunos que compõem o escopo desta pesquisa).

Perfil do Aluno: Término do Ensino Médio (em anos)			
Até 2 anos	De 3 a 5 anos	De 6 a 15 anos	Mais de 15 anos
20,60%	23%	42,20%	14,20%

Fonte: MORAES; VIEIRA (2007).

Tabela 3: Término do Ensino Médio.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

No entanto, o dado que mais surpreendeu está relacionado ao uso do computador, observando que a maioria absoluta raramente ou nunca usa o computador em seu cotidiano, como podemos observar na Tabela 4.

Diária	Mensal	Raro ou Nunca
13,10%	17,10%	69,80%

Fonte: MORAES; VIEIRA (2007).
Tabela 4: Uso do computador.

Este dado se explica quando analisada a situação do estado de Roraima, onde estão localizados cinco pólos. Naquele estado não há oferta de Internet rápida, exceto nos órgãos públicos, servidos por satélite, e o acesso discado é ainda precário. Este aspecto tem dificultado a participação efetiva daquele grupo de alunos em especial.

A falta de contato com o computador explica a dificuldade dos alunos no início do curso, fato observado pelos tutores da UFSC, salientando que a falta de domínio do equipamento foi muito prejudicial aos alunos visto que o computador é a principal ferramenta dos alunos que fazem um curso a distância e ter dificuldade em utilizá-lo prejudica, e muito, no processo de aprendizagem. Obviamente as dificuldades vão com o tempo se minimizando, e além da inclusão educacional a UAB abre as portas também para a inclusão digital, disponibilizando equipamentos e internet para uso dos alunos nos pólos.

Percebeu-se no transcorrer deste primeiro ano do curso uma série de dificuldades, envolvendo desde o acesso aos pólos (distância do município de origem e oferta de meios públicos de transporte, por exemplo), até a dificuldade para ler e redigir textos. Este segundo ponto é central, pois indica um baixo grau de letramento⁶ destes alunos no ensino médio (algumas vezes mesmo no superior!) e dificulta, por conseguinte a comunicação dos alunos frente aos professores e tutores a distância. Outra dificuldade apontada com frequência pelos alunos e percebida pelos tutores e professores, é a falta de adequação das bibliotecas⁷, seja

⁶ Entende-se letramento como “ser capaz de fazer uso da leitura e da escrita” (SOARES, 2003, p. 7), ou seja, mais do que saber ler e escrever (estar alfabetizado), neste conceito está implicada a capacidade de se comunicar por meio da palavra escrita e aprender com a leitura.

⁷ As bibliotecas dos pólos de apoio presencial estavam listadas como itens obrigatório na estrutura dos mesmos (vide Edital UAB). No entanto, os livros indicados pelas instituições de ensino componentes do sistema,

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

como ambiente propício para estudo, seja como fonte de consulta, dada a indisponibilidade de alguns livros exigidos para o pleno entendimento dos conteúdos programáticos. Outra questão pertinente refere-se as dificuldades técnicas encontradas em alguns eventos que envolvem a transmissão de uma videoconferência, que exige a conexão entre a universidade, onde se encontra o professor e os pólos que concentram os alunos. Todavia, está é uma barreira que somente a expansão da estrutura de redes de telecomunicações em todo o Território Nacional poderá ultrapassar e que as futuras avaliações dos pólos de apoio presencial deverão apontar como condição para a continuidade da oferta dos cursos.

Considerações finais

À guisa de conclusão, destaca-se o caráter descritivo e exploratório do presente trabalho, como indicado na sua introdução. Uma vez que os autores estão diretamente e diariamente envolvidos na oferta do curso em questão (enquanto professora e tutores a distância e processo de formação continuada), este tem sido também objeto de reflexão e discussão constante. O objetivo é trazer novos atores para a discussão, tentando apontar a importância do programa no qual o curso se insere – a Universidade Aberta do Brasil – como uma das principais políticas atuais para o Ensino Superior.

Os resultados da experiência, devido a sua novidade, ainda são preliminares, mas já apontam para a necessidade de investimentos continuados no processo, no sentido de oferecer condições infra-estruturais satisfatórias aos alunos, professores, tutores e gestores, permitindo que não apenas se amplie o número de vagas, mas que se garanta o acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade.

REFERÊNCIAS

associados às disciplinas ofertadas nos primeiros semestres, só foram adquiridos pelo MEC no final de 2008. Apenas neste semestre (2009.1), os alunos começaram a contar com estrutura de biblioteca nos pólos.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE)**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 11 de mar. 2009.

CEPAL-UNESCO. 1992. *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva com equidad*. Disponível em : <<http://www.cepal.org.br>>. Acesso em: 7 de mar. 2009.

Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. **Educação um Tesouro a Descobrir**. São Paulo: Cortez, 1995. 287 p.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983. 293 p.

FAUSTO, Boris. . **A Revolução de 1930: historiografia e historia**. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 159p

FORMIGA, Marcos. A terminologia da EAD. In: LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (orgs.). **Educação a distância**. O estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 39-46.

JONES, Charles I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Elvisevier, 2000. 178 p.

LASTRES, Helena M. M. et al. Sistemas de inovação e desenvolvimento: mitos e realidade da economia global. In: LASTRES, Helena M. M. et al. **Conhecimento, sistemas de inovação e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: UFRJ/ Contraponto, 2005. 452 p.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 7 de mar. 2009.

MORAES, Marialice de. **A Monitoria como Serviço de Apoio ao Aluno na Educação a Distância**. Florianópolis, 2004. 229 f. Tese Doutorado (Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de santa Catarina.

MORAES, Marialice et al. **Guia Geral do Curso Gestão e Docência em EaD: Programa Aberta-Sul**. Florianópolis: UFSC/ UFSC, 2007. 60 p.

III ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE
23, 24 e 25 de abril de 2009 – Blumenau, SC
Artigos Científicos
Área Temática: Economia industrial, tecnologia e inovação (2)

MOTA, Ronaldo. 2006. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em:
<http://www.abraead.com.br/artigos_ronaldo.html>. Acesso em: 5 de mar. 2009.

OLIVEIRA, Elenilce G. de. Organismos internacionais e o manifesto da educação
hegemônica do capital. **Trabalhonecessário**. Rio de Janeiro/UFF, ano 4, nº 4, 2006. 7 p.

RODRIGUES, Neidson. **Estado, educação e desenvolvimento econômico**. 2a ed. São Paulo:
Cortez: Autores Associados, 1987. 158 p.

SANCHEZ, Fábio (coord.). **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a
Distância**. 1. ed. São Paulo: Instituto Monitor, 2005.

SOARES, Magda Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de
Educação**, São Paulo, n. 025, p. 5-17, Jan-Abr., 2004.

TAKAHASHI, T. (org). **Sociedade da Informação no Brasil, Livro Verde**. Ministério da
Ciência e Tecnologia, Brasília, 2000.

UAB. **Universidade Aberta do Brasil** Disponível em: <<http://www.uab.capes.gov.br>>.
Acesso em: 5 de mar. 2009.

VIEIRA, Eleonora M. F.; MORAES, Marialice. **Palestra de Capacitação de Tutores**

VIEIRA, Eleonora M. F.; MORAES, Marialice. **Introdução à EaD**. Florianópolis:
Departamento de Ciências Econômicas/ UFSC, 2007. 116 p.